

















25. No tocante às responsabilidades do Presidente da República, considere:
- I. O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
  - II. Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.
  - III. Se o Presidente da República estiver afastado de suas funções e decorrer o prazo de cento e vinte dias, sem que esteja concluído o competente processo, cessará o seu afastamento, sem prejuízo do regular prosseguimento do feito.
  - IV. O Presidente da República ficará suspenso de suas funções nas infrações penais comuns, logo após a instauração do processo pelo Congresso Nacional.

De acordo com a Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) IV.
- (E) I e II.

### Direito Administrativo

26. Sobre o ato administrativo, considere:
- I. O ato administrativo nulo não comporta revogação.
  - II. O ato administrativo com vício de competência poderá, em determinadas hipóteses, ser convalidado.
  - III. Em regra, a anulação do ato administrativo ocorre com efeito *ex nunc*.
  - IV. A anulação do ato administrativo, quando feita pela Administração pública, independe de provocação do interessado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II, apenas.

27. Julia, servidora pública federal e chefe de determinado setor do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, cometeu ao servidor Ricardo, atribuições estranhas ao cargo que ocupa, não se tratando de situação emergencial ou mesmo transitória que justificasse tal conduta. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, a ação disciplinar quanto à infração praticada por Julia prescreverá em
- (A) 2 anos.
  - (B) 5 anos.
  - (C) 3 anos.
  - (D) 180 dias.
  - (E) 1 ano.

28. Marlene é servidora pública do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região e pretende doar sangue. Gilberto, também servidor público do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, irá se casar nos próximos dias. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, poderão os citados servidores ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo, respectivamente, por
- (A) 1 dia e 10 dias consecutivos.
  - (B) 2 dias e 10 dias consecutivos.
  - (C) 1 dia e 9 dias consecutivos.
  - (D) 2 dias e 7 dias consecutivos.
  - (E) 1 dia e 8 dias consecutivos.

29. José, servidor público do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região e chefe de determinado setor do Tribunal, está construindo uma bela casa de campo para desfrutar momentos de lazer com sua família. Assim, em um determinado final de semana, utilizou equipamento pertencente ao Tribunal na obra de sua casa, e, além disso, levou dois servidores, a ele subordinados, para auxiliar os demais pedreiros na obra. Em razão do ato ímprobo praticado, o Ministério Público ingressou com ação de improbidade administrativa contra José, pleiteando, dentre outras sanções,
- (A) pagamento de multa civil, de até duas vezes o valor da remuneração de José.
  - (B) suspensão dos direitos políticos, de 5 a 8 anos.
  - (C) suspensão dos direitos políticos, de 8 a 10 anos.
  - (D) proibição de contratar com o Poder Público por 15 anos.
  - (E) proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais pelo período máximo de 3 anos.





30. A empresa WX, vencedora de licitação promovida pela União Federal, foi convocada para assinar o respectivo contrato administrativo. No curso do prazo de convocação para a assinatura do contrato, a mencionada empresa solicitou prorrogação do prazo, justificando a impossibilidade de assinar o contrato dentro do lapso temporal inicialmente previsto. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, o prazo de convocação para a assinatura do contrato
- (A) não admite qualquer tipo de prorrogação.
  - (B) poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
  - (C) admite prorrogação automática uma única vez, que, portanto, independe de justificativa, bastando a solicitação da empresa contratante.
  - (D) poderá ser prorrogado uma vez, por período igual ou superior, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
  - (E) poderá ser prorrogado duas vezes, por período igual ou inferior, desde que solicitado pela parte durante seu transcurso e haja motivo justificado aceito pela Administração.

---

#### Direito do Trabalho

31. A relação objetiva evidenciada pelos fatos define a verdadeira relação jurídica estipulada pelos contratantes, ou seja, em matéria trabalhista, importa o que ocorre na prática mais do que as partes pactuaram, em forma mais ou menos expressa, ou o que se insere em documentos, formulários e instrumentos de contrato. Tal enunciado corresponde ao princípio específico do Direito do Trabalho:
- (A) Condição mais benéfica.
  - (B) Primazia da realidade.
  - (C) Intangibilidade contratual lesiva.
  - (D) Busca do pleno emprego.
  - (E) Continuidade da relação de emprego.

32. Thales prestou serviços à empresa Celestial Produções pelo prazo de 10 meses. Para que se configure o vínculo empregatício, ou seja, relação de emprego, entre as partes referidas é necessário que se comprovem os seguintes requisitos legais:
- (A) Boa fé contratual, autonomia, onerosidade, pessoalidade e eventualidade.
  - (B) Exclusividade, onerosidade e habitualidade.
  - (C) Subordinação, imprescindibilidade, indisponibilidade e irrenunciabilidade.
  - (D) Pessoalidade na prestação dos serviços, subordinação jurídica, não eventualidade e onerosidade.
  - (E) Subordinação econômica, comutatividade com divisão dos riscos, continuidade e exclusividade.

33. Quanto à relação de trabalho temporário, nos termos da legislação que disciplina tal atividade, é INCORRETO afirmar:
- (A) Há um vínculo jurídico de natureza civil entre a empresa cliente tomadora dos serviços e a empresa de trabalho temporário registrada no Ministério do Trabalho e Emprego por meio de contrato obrigatoriamente escrito.
  - (B) Forma-se um vínculo de natureza trabalhista entre o trabalhador temporário e a empresa fornecedora, que o assalaria e responde diretamente pelos direitos assegurados em lei.
  - (C) É lícito estabelecer cláusula de reserva, vedando a contratação do trabalhador pela empresa tomadora ou cliente ao final do prazo em que tenha sido colocado à sua disposição pela empresa de trabalho temporário.
  - (D) Fica assegurada ao trabalhador temporário a remuneração equivalente à percebida pelos empregados da mesma categoria da empresa tomadora ou cliente, calculados à base horária, garantida, em qualquer hipótese, a percepção do salário mínimo.
  - (E) Trabalho temporário é permitido para atender à necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou o acréscimo extraordinário dos serviços da empresa tomadora.

34. A nova regulamentação relativa aos trabalhadores domésticos estabelece:
- (A) A duração normal do trabalho doméstico não excederá oito horas diárias e quarenta horas semanais, com remuneração de hora extraordinária de cinquenta por cento superior ao valor da hora normal.
  - (B) Poderá ser instituído o regime de compensação de horas trabalhadas somente por acordo escrito firmado com a chancela de agente da Delegacia Regional do Trabalho ou pelo Sindicato da Categoria Profissional.
  - (C) O trabalho não compensado prestado em domingos e feriados para o empregado que mora no local de trabalho deverá ser remunerado com o acréscimo de cinquenta por cento sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal.
  - (D) Considera-se o trabalho em regime de tempo parcial para o trabalhador doméstico aquele cuja duração não exceda vinte e cinco horas semanais.
  - (E) Considera-se noturno o trabalho realizado pelo empregado doméstico entre as vinte e duas horas de um dia e as seis horas do dia seguinte, devendo ser remunerado o trabalho noturno com acréscimo de vinte e cinco por cento sobre a hora diurna.



35. Será considerada, respectivamente, a responsabilidade subsidiária e solidária de empresas quanto aos direitos trabalhistas, nos casos de
- (A) grupo econômico e falência da empresa de trabalho temporário.
  - (B) recuperação judicial de empresa terceirizada e terceirização em órgão público.
  - (C) grupo econômico e contrato de subempreitada.
  - (D) sucessão de empregadores e contratação irregular de mão de obra terceirizada.
  - (E) terceirização de serviços de vigilância e grupo econômico.
- 
36. Está configurada a suspensão dos efeitos do contrato de trabalho em caso de
- (A) férias anuais remuneradas.
  - (B) ausência ao serviço por 03 dias consecutivos em virtude de casamento.
  - (C) aposentadoria por invalidez.
  - (D) férias coletivas de determinado setor da empresa.
  - (E) no dia em que o trabalhador estiver comprovadamente realizando exame vestibular para ingresso em ensino superior.
- 
37. Sobre o instituto do aviso prévio previsto na legislação trabalhista,
- (A) o aviso prévio será concedido na proporção de 30 dias aos empregados que contem com até 1 ano de serviço na mesma empresa, sendo acrescidos 3 dias por ano prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 dias, perfazendo um total de 90 dias.
  - (B) o prazo de aviso prévio para os contratos por prazo determinado de 2 anos será de até 60 dias, ou seja, 30 para cada ano completo ou fração superior a seis meses.
  - (C) a falta de aviso prévio por parte do empregado confere ao empregador o direito de descontar a metade dos salários correspondentes ao prazo respectivo.
  - (D) em caso de rescisão indireta do contrato de trabalho por justa causa cometida pelo empregador não será devido o aviso prévio.
  - (E) o empregado que cometer falta grave que enseje justa causa para a rescisão durante o prazo de aviso prévio não perderá o direito ao restante do respectivo prazo.
- 
38. Um dos aspectos mais importantes de uma relação de emprego é a contraprestação remuneratória em razão da prestação dos serviços pelo empregado. Conforme regras contidas na Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) as gorjetas dadas espontaneamente pelo cliente ao empregado não estão compreendidas na respectiva remuneração desse trabalhador.
  - (B) não se incluem no salário as ajudas de custo e as diárias para viagem, seja qual for o seu valor.
  - (C) o pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade de trabalho, não deve ser estipulado por período superior a um mês, incluindo as comissões e percentagens.
  - (D) serão consideradas como salário as utilidades concedidas pelo empregador com assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro saúde.
  - (E) na falta de estipulação do salário ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado terá direito a perceber salário igual ao daquele que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente ou do que for habitualmente pago para serviço semelhante.

#### **Direito Processual do Trabalho**

39. Há previsão legal atribuindo aos órgãos judiciais as questões que devem estar afetas ao seu julgamento, assim como os órgãos judiciais trabalhistas têm traçados em lei os seus poderes para conhecer e solucionar as lides. Sobre o tema, conforme ordenamento jurídico é INCORRETO afirmar:
- (A) Como regra, a competência das Varas do Trabalho é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no estrangeiro.
  - (B) Compete às Varas Cíveis da Justiça Federal julgar as ações envolvendo trabalhadores portuários e os operadores portuários ou Órgão Gestor de Mão de Obra – OGMO, decorrentes da relação de trabalho, por envolver questão estratégica nacional.
  - (C) A Justiça do Trabalho tem competência para analisar e decidir sobre as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
  - (D) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.
  - (E) É da competência das Varas do Trabalho conhecer e julgar os dissídios resultantes de contratos de empreitada em que o empreiteiro seja operário ou artífice.



40. Em relação aos princípios gerais do processo trabalhista, não havendo norma trabalhista para a prática de determinado ato processual
- (A) aplica-se subsidiariamente a Lei de Execuções Fiscais seja qual for a fase processual.
  - (B) a Consolidação das Leis do Trabalho não prevê nenhuma norma específica sobre o tema, cabendo ao magistrado escolher a norma processual que melhor se aplica ao caso.
  - (C) será aplicado o Código de Processo Civil para solucionar o caso, exceto nas fases recursal e de execução, pois nessas fases se aplica a Lei de Execuções Fiscais.
  - (D) nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto quando houver incompatibilidade com as normas do processo judiciário do trabalho.
  - (E) poderá ser aplicado de forma supletiva o direito processual comum, seja qual for a fase processual, bastando apenas que haja omissão da norma trabalhista.
- 
41. Sobre os atos processuais relativos ao processo do trabalho no rito ordinário é correto afirmar:
- (A) Serão públicos, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e serão realizados, nos dias úteis das 6 às 20 horas, exceto a penhora, que pode ser realizada em domingo ou feriado, mediante autorização judicial expressa.
  - (B) A penhora poderá ser realizada em qualquer dia e horário independente de autorização expressa do juiz por se tratar de ato de execução e para atender ao princípio da eficácia.
  - (C) Serão sempre públicos, realizados somente nos dias úteis, no horário das 6 às 21 horas, exceto a penhora que poderá ocorrer das 5 às 23 horas.
  - (D) Serão públicos, salvo em caso de segredo de justiça assim determinado pelo Ministério Público do Trabalho, apenas em dias úteis, no horário das 8 às 19 horas.
  - (E) Serão sempre públicos, não havendo segredo de justiça em processo trabalhista, nos dias úteis, das 11 às 19 horas, exceto as penhoras que podem ocorrer das 8 às 20 horas.
- 
42. Conforme normas aplicáveis ao tema relativo às custas processuais e aos emolumentos no Processo Judiciário do Trabalho,
- (A) apenas a União, dentre os entes federativos, está isenta do pagamento de custas processuais, ainda que vencida, visto que a Justiça do Trabalho é órgão do Poder Judiciário Federal.
  - (B) as empresas públicas federais estão isentas de custas processuais, mas não dos emolumentos na fase executória.
  - (C) o Ministério Público do Trabalho está isento do recolhimento de custas processuais.
  - (D) no processo ou fase de execução não há incidência de custas ou emolumentos por faltas de previsão legal.
  - (E) as autarquias municipais não estão isentas do recolhimento de custas processuais.
- 
43. Sobre as partes e procuradores, o *jus postulandi* e a representação processual, conforme norma legal e entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho,
- (A) o *jus postulandi* somente pode ser exercido pelo empregador, visto que o trabalhador é parte hipossuficiente e necessita de assistência profissional de advogado particular ou do sindicato.
  - (B) se o trabalhador utilizar o *jus postulandi* para a propositura da ação, sendo sucumbente na decisão de primeiro grau, deverá contratar advogado para interpor recurso ao Tribunal.
  - (C) a Constituição Federal aboliu o instituto do *jus postulandi* revogando expressamente dispositivo previsto na Consolidação das Leis do Trabalho sobre o tema.
  - (D) nos dissídios coletivos é obrigatória aos interessados a assistência por advogado, não podendo ser utilizado o *jus postulandi*, que é restrito aos dissídios individuais até a prolação de sentença.
  - (E) a reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes, pelo Ministério Público do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público Estadual ou curador nomeado pelo Juízo.
- 
44. Os dissídios individuais na Justiça do Trabalho podem seguir o rito procedimental sumaríssimo conforme normas previstas em lei. Sobre esse procedimento é INCORRETO afirmar:
- (A) Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração pública direta, autárquica e fundacional.
  - (B) Cada parte poderá indicar até, no máximo, três testemunhas mediante rol apresentado 5 dias antes da audiência.
  - (C) Serão decididos, de plano, todos os incidentes e exceções que possam interferir no prosseguimento da audiência e do processo; as demais questões serão decididas na sentença.
  - (D) O pedido deve ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente, sob pena de arquivamento da reclamação e condenação ao pagamento de custas sobre o valor da causa.
  - (E) O recurso ordinário terá parecer oral do representante do Ministério Público presente à sessão de julgamento, se este entender necessário o seu parecer, com registro na certidão.



45. Dentre as modalidades recursais previstas na legislação trabalhista encontramos o agravo de instrumento que é cabível em
- (A) 8 dias, das decisões das Turmas do Tribunal Superior do Trabalho que divergirem entre si ou forme contrárias a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
  - (B) 5 dias, das decisões interlocutórias na fase de conhecimento e nos casos de omissão e contradição do julgado, atribuindo-lhe efeitos modificativos.
  - (C) 8 dias, dos despachos que denegarem interposição de recursos.
  - (D) 8 dias, das decisões terminativas do Juiz na fase de execução da sentença que tenha transitado em julgado, desde que delimitada as matérias e valores impugnados.
  - (E) 15 dias, das decisões definitivas ou terminativas das Varas do Trabalho nos dissídios individuais do rito sumário.
- 
46. A informatização do processo judicial na Justiça do Trabalho encontra-se regulamentado pela Resolução CSJT nº 136 de 25 de abril de 2014 que instituiu o Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais. Esse normativo estabeleceu parâmetros para sua implementação e funcionamento, dentre os quais:
- (A) Os atos processuais terão sua produção, registro, visualização, tramitação, controle e publicação exclusivamente em meio eletrônico e serão assinados digitalmente, contendo elementos que permitam identificar o usuário responsável pela sua prática.
  - (B) O credenciamento de advogados no sistema dar-se-á pela identificação do usuário por meio de seu certificado digital e remessa do formulário eletrônico disponibilizado no portal de acesso ao PJe-JT, devidamente preenchido e assinado digitalmente, dispensando assim a juntada de mandato, nos termos do art. 37 do CPC.
  - (C) A falta de oferta ao público externo, diretamente ou por meio de *WebService*, dos serviços de consulta aos autos digitais, não será considerada indisponibilidade do sistema.
  - (D) A impossibilidade de utilização de equipamentos disponibilizados pelos Tribunais Regionais do Trabalho para acesso dos usuários externos ao sistema não será considerada como indisponibilidade do sistema, visto que cabe ao usuário obter o seu equipamento eletrônico.
  - (E) Os advogados credenciados deverão encaminhar eletronicamente contestação, reconvenção ou exceção, e respectivos documentos, no ato da audiência designada para recebimento da defesa, ficando assim impossibilitada a apresentação de defesa oral no sistema do PJe-JT.

**Direito Civil**

47. Sobre o negócio jurídico, na forma estabelecida pelo Código Civil, é INCORRETO afirmar:
- (A) A impossibilidade inicial do objeto sempre invalida o negócio jurídico.
  - (B) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.
  - (C) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.
  - (D) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizaram e não for necessária a declaração de vontade expressa.
  - (E) No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.
- 
48. No que concerne ao penhor, hipoteca e anticrese nos termos estabelecidos pelo Código Civil brasileiro, a dívida NÃO considera-se vencida:
- (A) Se desapropriar o bem dado em garantia, hipótese na qual se depositará a parte do preço que for necessária para o pagamento integral do credor.
  - (B) Se o devedor cair em insolvência ou falir.
  - (C) Se as prestações não forem pontualmente pagas, toda vez que deste modo se achar estipulado o pagamento.
  - (D) Se perecer o bem dado em garantia e o mesmo for substituído.
  - (E) Se, deteriorando-se, ou depreciando-se o bem dado em segurança, desfaltar a garantia, e o devedor, intimado, não a reforçar ou substituir.



49. Analise as seguintes assertivas sobre o contrato de mandato, de acordo com o que estabelece o Código Civil:
- I. A ratificação de atos praticados por quem não tenha o mandato, ou o tenha sem poderes suficientes, deverá ser expressa, ou resultar de ato inequívoco, e produzirá efeitos a partir da data da ratificação.
  - II. Para administração ordinária e para transigir o mandatário dependerá de procuração com poderes especiais ou expressos.
  - III. O mandatário não pode compensar os prejuízos a que deu causa com os proveitos que, por outro lado, tenha obtido com esforço ao seu constituinte.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, apenas.

50. Conforme estabelece o Código Civil Brasileiro, nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo. Contudo, decairá deste direito assegurado pelo Código Civil, o dono da obra que NÃO propuser a ação contra o empreiteiro, nos

- (A) 90 dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.
- (B) 180 dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.
- (C) 12 meses seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.
- (D) 30 dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.
- (E) 60 dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.

51. Sobre a prescrição e decadência, nos termos estabelecidos pelo Código Civil é INCORRETO afirmar:

- (A) O protesto cambial interrompe a prescrição, interrupção esta que somente poderá ocorrer uma vez.
- (B) Não corre prescrição contra os ausentes do País em serviço público da União.
- (C) As pessoas jurídicas têm ação contra os seus representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente.
- (D) A suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários sempre aproveita os outros.
- (E) A interrupção da prescrição produzida contra o principal devedor prejudica o fiador.

#### Direito Processual Civil

52. Sobre a sentença e coisa julgada analise as seguintes assertivas:

- I. A sentença proferida pelo Magistrado deve ser certa, salvo quando a decisão versar sobre relação jurídica condicional.
- II. A sentença proferida contra uma autarquia federal fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal, não estará sujeita ao duplo grau de jurisdição.
- III. Tratando de sentença condenatória genérica não será possível a produção da hipoteca judiciária.

Nos termos preconizados pelo Código de Processo Civil está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II, apenas.



53. Moisés ajuizou ação indenizatória contra a empresa Y após o rompimento de um contrato entabulado entre as partes, objetivando o recebimento da quantia de R\$ 35.000,00. A empresa Y, citada para responder aos termos da demanda, apresentou contestação rechaçando os fatos alegados na inicial, bem como reconvenção, cobrando uma quantia inadimplida por Moisés no importe equivalente a R\$ 7.000,00. Após o regular processamento do feito o Magistrado competente julga parcialmente procedente o pedido inicial e improcedente ao pedido reconvenicional para condenar a empresa Y ao pagamento de indenização em favor de Moisés no valor de R\$ 18.000,00. Inconformado, Moisés apresenta recurso de apelação dentro do prazo legal, recurso este devidamente recebido e processado. Intimado para apresentar contrarrazões ao recurso interposto pela parte contrária, a empresa Y apresenta recurso adesivo, recebido pelo Magistrado. Durante o processamento do recurso no Tribunal de Justiça, já distribuído para o Desembargador competente, Moisés desiste do recurso principal. Neste caso,
- (A) o recurso principal e o adesivo serão necessariamente julgados pelo Tribunal, uma vez que a parte não pode desistir de um recurso interposto.
  - (B) o recurso adesivo não será conhecido, sem qualquer consequência para os litigantes.
  - (C) o recurso adesivo não será conhecido, mas o autor do recurso principal, Moisés, deverá pagar honorários advocatícios ao advogado da empresa Y, em decorrência da interposição do recurso adesivo.
  - (D) o recurso principal e o adesivo serão necessariamente julgados pelo Tribunal, uma vez que desistência do recurso principal só é admitida se não houver interposição de recurso adesivo.
  - (E) apenas o recurso adesivo será conhecido e julgado pelo Tribunal.
- 
54. Paula ajuizou ação de indenização contra Maria postulando uma indenização no importe equivalente a R\$ 300.000,00, decorrente de dano causado em imóvel residencial. A ação é julgada procedente e o pedido inicial integralmente acolhido. Iniciada a fase de cumprimento de sentença, não são localizados bens passíveis de constrição judicial em nome da devedora Maria, que possui apenas um bem imóvel em seu nome, exatamente onde reside com a família. Inconformada Paula começa a diligenciar e apura que durante o trâmite da ação indenizatória Maria vendeu para terceiros um imóvel e um veículo. Neste caso, noticiado o fato no processo com comprovação documental, o Magistrado deverá reconhecer a fraude à execução e considerar o ato da executada como atentatório à dignidade da justiça, condenando-a ao pagamento de multa, exigível na própria execução, NÃO superior a
- (A) 5% do valor atualizado do débito em execução, revertida em proveito do credor.
  - (B) 1% do valor atualizado do débito em execução, revertida em proveito do credor.
  - (C) 10% do valor atualizado do débito em execução, revertida em proveito do credor.
  - (D) 20% do valor atualizado do débito em execução, revertida em proveito do credor.
  - (E) 30% do valor atualizado do débito em execução, revertida em proveito do credor.
- 
55. No que se refere à alienação em hasta pública na execução de quantia certa contra devedor solvente é INCORRETO afirmar:
- (A) Se a praça ou o leilão for de diversos bens e houver mais de um lançador, será preferido aquele que se propuser a arrematá-los englobadamente, oferecendo para os que não tiverem licitante preço igual ao da avaliação e para os demais o de maior lance.
  - (B) O edital será afixado no local do costume e publicado, em resumo, com antecedência mínima de 5 dias, pelo menos uma vez em jornal de ampla circulação local ou no órgão especial quando o credor for beneficiário da justiça gratuita.
  - (C) Tratando-se de bem imóvel, quem estiver interessado em adquiri-lo em prestações poderá apresentar por escrito sua proposta, nunca inferior à avaliação, com oferta de, no mínimo, 50% à vista, sendo o restante garantido por hipoteca sobre o próprio imóvel.
  - (D) Se o arrematante ou seu fiador não pagar o preço no prazo estabelecido, o juiz impor-lhe-á, em favor do exequente, a perda da caução, voltando os bens a nova praça ou leilão, dos quais não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos.
  - (E) Quando o imóvel de incapaz não alcançar em praça, pelo menos, 80% do valor da avaliação, o juiz o confiará à guarda e administração de depositário idôneo, adiando a alienação por prazo não superior a 1 ano.
- 

#### Noções de Administração Pública

56. O Gespública, Programa de Excelência em Gestão Pública do Governo Federal, está baseado em indicadores de resultado e de esforço, dentre os quais o indicador de
- (A) Efetividade, dado pela realização dos processos, projetos e planos de ação de acordo com o planejamento efetivado.
  - (B) Eficácia, vinculada ao grau de satisfação ou ainda ao valor agregado ou à transformação produzida no contexto em geral.
  - (C) Eficiência, baseada na relação entre os produtos ou serviços gerados (*outputs*) com os insumos utilizados.
  - (D) Efetividade, amparada na relação entre o que foi entregue e o que foi consumido de recursos.
  - (E) Eficiência, de acordo com os impactos gerados pelos produtos, serviços, processos ou projetos.



57. Sobre o monitoramento e a avaliação no setor público,
- (A) a avaliação tem por objetivo exclusivo o acompanhamento da implementação de programas, ações ou atividades, a fim de identificar tempestivamente os problemas que possam comprometer os resultados esperados.
  - (B) o monitoramento, pactuado entre os atores envolvidos, requer a adoção de três critérios distintos: eficácia, eficiência, efetividade.
  - (C) a avaliação formal consiste em um julgamento assistemático, realizado durante o andamento de uma política ou programa a partir de critérios subjetivos definidos previamente.
  - (D) o monitoramento consolida-se na análise sistemática dos resultados de um programa, após seu encerramento, com o objetivo de contribuir para o seu aperfeiçoamento.
  - (E) o monitoramento refere-se à atividade estruturada a partir da implementação de cada política pública, programa ou ação, orientada para o alcance das metas prioritárias da Administração pública.

58. Em relação à iniciativa e aos prazos de tramitação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO na esfera federal, a iniciativa é
- (A) do Poder Executivo e deve ser encaminhado ao Poder Legislativo até o dia 15 de abril de cada ano.
  - (B) do Poder Legislativo e deve ser aprovado até o dia 15 de abril de cada ano.
  - (C) compartilhada entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo e deve ser votado até o dia 31 de agosto de cada ano.
  - (D) do Poder Executivo e deve ser aprovado até o dia 30 de novembro de cada ano.
  - (E) do Poder Legislativo e deve ser devolvido para sanção até o dia 31 de agosto de cada ano.

#### Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região

59. Nos termos do Regimento Interno do TRT da 14ª Região, considere os seguintes itens:

- I. Lista sêxtupla a ser submetida ao Presidente da República.
- II. Voto por maioria de seus membros.
- III. Sessão pública.
- IV. Votação nominal
- V. Votação aberta.

Faz parte das regras atinentes ao preenchimento de vaga de Desembargador por membro do Ministério Público do Trabalho o que consta APENAS em

- (A) II, III, IV e V.
- (B) I, III, IV e V.
- (C) I, II, IV e V.
- (D) I, II, III e V.
- (E) I, II, III e IV.

60. Considere a tabela abaixo com as seguintes informações:

DATAS	MAGISTRADO A	MAGISTRADO B	MAGISTRADO C
DA NOMEAÇÃO	05/03/2015	04/03/2015	03/03/2015
DA POSSE	10/03/2015	10/03/2015	11/03/2015
DA ENTRADA EM EXERCÍCIO	17/03/2015	18/03/2015	17/03/2015

Nos termos do Regimento Interno do TRT da 14ª Região, a ordem de antiguidade entre os Magistrados é

- (A) A, B e C.
- (B) A, C e B.
- (C) C, B e A.
- (D) C, A e B.
- (E) B, A e C.

**DISCURSIVA-TEMA JURÍDICO****Atenção:**

Conforme Edital do Concurso, Capítulo x, itens:

"10.7. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Tema Jurídico que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 10.8. A folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva pela Banca Examinadora. 10.9. Na Prova Discursiva deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.10. A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta)."

**Observação:**

- NÃO é necessária a colocação de título na Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos.

**O ônus da prova em face do princípio da continuidade da relação de emprego**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	